

Brasil atinge 2 milhões de trabalhadores por aplicativos

Pesquisa IBGE foi realizada em cooperação com Unicamp e MPT

Da Redação

O mercado de trabalho brasileiro registrou cerca de 2 milhões de pessoas atuando por meio de aplicativos no decorrer de 2025, contingente que corresponde a 1,9% do total de ocupados no País. O dado integra o módulo temático da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), viabilizada a partir de um convênio de cooperação técnica e científica firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Unicamp e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento traça um panorama detalhado da força laboral inserida nas plataformas digitais e evidencia a precarização do trabalho nessa modalidade, com condições desfavoráveis de renda, jornadas excessivas e desproteção jurídica.

Ao se considerar exclusivamente aqueles que têm nas ferramentas digitais a sua ocupação principal, o volume che-

ga a 1,8 milhão de trabalhadores, registrando uma expansão de 9,1% em apenas um ano e um salto de 36,8% na comparação com o ano de 2022. O segmento de entregadores por aplicativo apresentou o crescimento mais acelerado entre as ocupações pesquisadas, com elevação de 18,6% entre 2024 e 2025. O setor de transporte, armazenagem e correio concentra a maior fatia dessa mão de obra: 75% dos profissionais da área operam por meio de plataformas digitais, o que significa que três em cada quatro trabalhadores dessas atividades dependem de aplicativos para gerar renda.

O perfil predominante é composto pela atuação informal e ampla maioria masculina, representando 84,4% do grupo cuja atividade principal decorre de plataformas.

A pesquisa aponta distorções expressivas nas condições laborais quando confrontadas com o universo dos trabalhadores não vinculados a plata-



O mercado de trabalho brasileiro registrou cerca de 2 milhões de pessoas atuando por meio de aplicativos no decorrer de 2025

formas no setor privado. Os profissionais de aplicativos cumprem, em média, 5,4 horas a mais de jornada semanal para auferir renda equivalente no final do mês. Essa disparidade se reflete no rendimento médio por hora trabalhada, que ficou em R\$ 16,20 para os trabalhadores platformizados, valor 12% inferior aos R\$ 18,40 por hora auferidos pelos trabalhadores formais.

O fosso da vulnerabilidade se torna ainda mais crítico nos indicadores de segurança social. Enquanto a informalidade atinge 42,7% dos trabalhadores não platformizados, o índice escala para 72,1% entre os que atuam via plataformas digitais, afastando-os de prerrogativas legais como descan-

so semanal remunerado, férias, 13º salário, dentre outras. Além disso, somente 34% dos profissionais de aplicativos contam com cobertura previdenciária, índice distante dos 63% observados no restante da iniciativa privada.

Tal cenário exclui mais de dois terços desse contingente de benefícios essenciais, como auxílio por incapacidade temporária, pensão por morte e aposentadoria.

A procuradora Clarissa Ribeiro Schinestsck, responsável pela cooperação, ressaltou a gravidade do cenário e a importância do diagnóstico empírico para as ações institucionais. “A transformação digital e o uso de novas ferramentas tecnológicas não podem sig-

nificar a desconstrução dos direitos sociais nem a normalização de jornadas exaustivas sob o manto de uma falsa autonomia.

O que o estudo comprova, de modo irrefutável, é a sobrecarga e o desamparo previdenciário enfrentados diariamente por esses trabalhadores.

O convênio mantido entre o MPT, a Unicamp e o IBGE é fundamental para fornecer elementos fáticos e sólidos à sociedade e aos órgãos públicos, orientando a atuação institucional e a indispensável regulação que respeite a dignidade do trabalhador.”

As informações são do Portal Unicamp unicamp.br

Campinas compartilha estratégia de gestão de risco

Da Redação

A Defesa Civil de Campinas participou, de forma on-line, nesta quinta-feira (17), do segundo encontro da formação Ação Climática – Apoio ao Fortalecimento de Competências para Gestão de Riscos de Desastres, Adaptação e Resiliência Climática em Municípios Brasileiros. O curso é promovido pela FGV EASP, por meio do Centro de Estudos em Sustentabilidade, com parceria de institutos e prefeituras.

Representando Campinas, o coordenador regional e diretor da Defesa Civil, Sidnei Furtado, compartilhou a experiência do município na estruturação da gestão de riscos, prevenção e resposta a desastres.

Entre os temas abordados

estiveram o fortalecimento da Defesa Civil, a qualificação e ampliação do efetivo, a integração das equipes e a atuação conjunta na Região Metropolitana de Campinas (RMC). Também foram destacados a Plataforma para Redução de Risco de Desastre, o uso de recursos do Fundocamp e ações de aparelhamento das Defesas Cíveis municipais.

O encontro também tratou de experiências diante de eventos extremos e emergências, incluindo o tornado registrado em Campinas e a atuação durante a pandemia de Covid-19, além de iniciativas de monitoramento multirrisco e preparação para emergências em saúde pública.

No âmbito regional, foram apresentados o Projeto de Monitoramento Multirrisco para o Enfrentamento aos Extre-



Encontro tratou de experiências diante de eventos extremos e emergências

mos Climáticos da RMC e a proposta de criação de uma Base de Apoio da Defesa Civil Metropolitana.

Furtado também falou sobre a participação de Campinas na iniciativa Construindo

Cidades Resilientes, ferramentas de avaliação de capacidades, como os Scorecards e o Índice de Prontidão para Ação Antecipatória, além do Mapa de Conectividade para os Desastres e iniciativas de

integração com o setor privado, como o Selo Empresa Resiliente e a ARISE.

Entre as ações estratégicas está ainda a implantação do Centro de Resiliência a Desastres, voltado ao fortalecimento das capacidades municipais de prevenção, preparação, monitoramento e resposta.

DEFESA CIVIL

O Departamento de Defesa Civil de Campinas, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, é o órgão central do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, responsável por promover a normatização, supervisão técnica e específica sobre as ações desenvolvidas pelos órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil. Entre em contato pelo telefone 199 para registrar ocorrências.